

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de 2024, às 14h00, em primeira convocação, os membros do Conselho de Administração da Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo e representantes da Agência Peixe Vivo (APV) se reuniram para a realização da 48ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, através de uma videoconferência via plataforma do Teams no seguinte link: https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting_YTYxY2M0ZGIhNTgxNS00NW11LThhNzYtNWZiMzE2NjE2NWY1%40thre.ad.v2/0?context=%7b%22id%22%3a%22cb523019-54f6-4658-a4f9-2b208db1eea7%22%2c%22oid%22%3a%222c0b3058-720f-4e9c-8be5-b6eed0dbab07%22%7d. **Participaram os seguintes associados:** Gustavo Henrique Costa Simões - Cia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira; Patrícia Sena Coelho Cajueiro – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Kenede Antônio dos Reis – Associação AMA Pangeia; Luiz Cláudio de Castro Figueiredo - VALE SA; Valter Vilela Cunha - membro independente; Heloisa Cristina França Cavallieri - membra independente e Jadir Silva de Oliveira - membro independente. **Participaram representando a Agência Peixe Vivo (APV):** Rúbia Santos Barbosa Mansur – diretora geral; Berenice Coutinho Malheiros dos Santos – gerente de administração e finanças; André Amaral Horta - gerente de gestão estratégica; Ohany Vasconcelos Ferreira - gerente de integração interina; Jacqueline Evangelista Fonseca - gerente de projetos interina; Alcione Eneida Santos - analista de gestão estratégica. **Participaram também:** Marcelo da Fonseca – Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM); Juciana Cavalcante - Tanto Comunicação. **Item 1. Verificação de quórum para abertura, cf. artigo 14, § 1º do Estatuto Social.** Confirmada a verificação do quórum, a sra. Alcione Eneida Santos, saúda e agradece a todos e o sr. Gustavo Henrique Costa Simões dá início aos trabalhos. **Item 2. Aprovação das justificativas dos ausentes pela maioria dos presentes.** O sr. Nelson Cunha Guimarães – Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) justificou previamente a ausência devido compromisso na Copasa. Não houve manifestação contrária por parte do Conselheiros presentes em relação a justificativa. **Item 3. Informes Gerais.** Nenhuma manifestação quanto a este item de pauta. **Item 4. Situação da inadimplência da cobrança.** Com a palavra, o sr. Gustavo Henrique Costa Simões ressalta a importância do diálogo entre o Conselho de Administração e o IGAM sobre o tema da inadimplência da cobrança que reflete diretamente na reavaliação da taxa de reajuste e consequentemente verificar possíveis contribuições dos membros do Conselho sobre o assunto. Após lhe ser facultada a palavra, o sr. Marcelo da Fonseca agradece e reforça a importância da proximidade considerando a complexidade dos tópicos de cobrança e implementação dos recursos. Inicialmente, em relação ao percentual de inadimplência em alguns setores, informa que não ocorreu alteração após a última divulgação em 2023. Salienta que é necessário aguardar a apuração de 2024 para consolidação dos resultados. Segue explicando o grande desafio do IGAM diante de um possível desconhecimento dos usuários em relação a cobrança principalmente após a suspensão da emissão do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) para pagamento em decorrência de uma sequência de golpes e baixo retorno do aviso de recebimento do documento. Assim, foi recomendado que o IGAM adotasse uma nova metodologia para contornar as ocorrências. Atualmente o usuário precisa acessar o site do IGAM para emissão do boleto. Explica que ações como a intensificação da comunicação interna para orientar os colaboradores no diálogo com os usuários sobre a importância da cobrança e divulgação nas redes sociais têm sido adotadas. No entanto, acredita que a questão da inadimplência não está vinculada apenas aos fatores citados porque o fato foi também constatado no âmbito federal. Outrossim, acredita que é necessário rever o instrumento de cobrança e inclusive, tem levado o assunto para ser discutido nos comitês para que eles como liderança no setor propaguem entre os usuários o comprometimento dos pagamentos em prol das bacias hidrográficas. Na oportunidade, o sr. Marcelo da Fonseca apresenta a nova ferramenta de outorga, Sistema de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos (SOUT), a qual o usuário precisa utilizar o cadastro único do sistema com informações atualizadas que garantirá uma base consolidada. Posteriormente os alertas para emissão e pagamento de boleto serão conduzidos via e-mail de forma mais assertiva. O sistema de cobrança também está em fase de reformulação e assim como o e-mail, contemplará o procedimento de alertas para o usuário. Na sequência apresenta a proposta de criação de uma normativa para vincular a inadimplência e cobrança com a continuidade dos processos de outorga, ou seja, viabilidade ou não de renovação da portaria de outorga e diz que a participação do Conselho de Administração será muito importante nessa ação. Explica que as tratativas para condução da normativa, respeitando as normas jurídicas e questões estratégicas, poderá envolver o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MG), no entanto sugere que o envio da proposta para o CERH-MG seja conduzido pelas entidades delegatárias. Com a palavra, o sr. Valter Vilela Cunha exalta as campanhas realizadas nos veículos de comunicação, porém sente-se inseguro em relação aos resultados. Ato contínuo, pergunta sobre como é conduzido o levantamento de débitos dos usuários que possuem outorga sem as devidas declarações, citando o caso do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Sete Lagoas. Na oportunidade, o sr. Gustavo Henrique Costa Simões questiona o que há de ação concreta, além do levantamento de débitos. Com a palavra, o sr. Marcelo da Fonseca responde que através da próxima apuração da situação da inadimplência é que a efetividade das campanhas de comunicação será constatada. Em relação ao débito explica que a cobrança ocorre pelo valor da vazão outorgada, assim, o levantamento é feito através dos usuários que tem portaria de outorga. Sobre o SAAE de Sete Lagoas informa que diante das circunstâncias uma parcela está inscrita na dívida ativa e outras em processos administrativos para envio de notificação da cobrança. Salienta que já foram realizadas reuniões, inclusive com a presença da Presidenta do comitê de bacia hidrográfica do rio das Velhas, sra. Poliana Aparecida Valgas de Carvalho, porém sem efeito. Diz que o Ministério Público foi acionado, porém declinou alegando não ter competência para atuar na ação. Por fim, está sendo analisada uma ação judicial para resolução da situação sem comprometimento do abastecimento público. Com a palavra, o sr. Jadir Silva de Oliveira reitera que o não recebimento do boleto é pretexto para os usuários não efetuarem o pagamento, mas compreende os motivos que dificultam o envio direto. No entanto, reforça a necessidade de alerta em relação a data de emissão do boleto para os envolvidos através de sistemas específicos. O sr. Marcelo da Fonseca acata a sugestão e diz que verificará como o envio de uma carta circular pode ser desenvolvido. Na sequência o sr. Gustavo Henrique Costa Simões pergunta sobre a expectativa

de encaminhamento da deliberação normativa (DN). O sr. Marcelo da Fonseca responde que foi acordado que DN seria devolvida na primeira quinzena de novembro para que o trabalho fosse continuado estrategicamente e a proposta é que apenas a discussão sobre o assunto ocorra no plenário de dezembro de 2024, uma vez que a instrução do processo precisa ser concluída. O sr. Gustavo Henrique Costa Simões diz que a questão da inadimplência foi amplamente discutida nas reuniões realizadas em 2024 por ser uma demanda que preocupa o Conselho de Administração e reforça o apoio da APV, para que junto com todos os interessados, possam resolver o problema. Com a palavra, a sra. Heloisa Cristina França Cavallieri diz que o comitê de bacia hidrográfica do rio das Velhas tem avaliado a forma de trabalhar pontualmente com os inadimplentes, porém respeitando a Lei Geral de Proteção de dados (LGPD), considera necessário um normativo para veicular os dados adequadamente e o compartilhamento das informações contribuir na efetividade da cobrança. O sr. Gustavo Henrique Costa Simões corrobora e diz que é importante a elaboração de uma minuta para que haja o compartilhamento dos dados. O sr. Marcelo da Fonseca diz que vai analisar se um ato normativo poderá estabelecer uma parceria de compartilhamento mediante termo de compromisso ou se será necessário trabalhar via acordo. O sr. Gustavo Henrique Costa Simões acredita que o acordo seria algo robusto, porém mais complexo que o ato normativo. Após lhe ser facultada a palavra, o sr. Kenede Antônio dos Reis diz que uma campanha intensa envolvendo a imprensa, sinalizando as datas de emissão de boleto e pagamento, pode gerar um desconforto nos inadimplentes que atualmente encontram-se confortáveis por não haver uma penalidade específica quando o assunto é o uso da água. Com a palavra, o sr. Marcelo da Fonseca informa outra ação do IGAM, o trabalho conjunto com os conselhos de classe, principalmente o de contabilidade, para que o contador oriente os seus clientes sobre o calendário de pagamentos e obrigações fiscais. Com a palavra, a sra. Patrícia Sena Coelho Cajueiro diz que como representando do setor industrial, para melhor comunicação com os inadimplentes, é importante o conhecimento do cenário e solicita material para contribuir com a ação com a metodologia específica. Ademais, informa que a FIEMG tem mais acesso as empresas de grande porte, porém acredita que pode haver limitações com as empresas de menor porte que por vezes não são associadas dificultando o rastreio. Na oportunidade, o sr. Marcelo da Fonseca pede apoio da FIEMG para agendamento de uma reunião com o setor industrial de Sete Lagoas para discussão sobre a inadimplência e repercussão do consumo de água gerenciada pelo SAAE. A sra. Patrícia Sena Coelho Cajueiro se coloca à disposição para que a reunião aconteça. O sr. Gustavo Henrique Costa Simões diz que a Cedro tem importante diálogo com o município de Sete Lagoas e oferece apoio nas tratativas de conscientização da cobrança. Ademais, o sr. Kenede Antônio dos Reis sugere uma ação junto aos vereadores da região, porém o sr. Gustavo Henrique Costa Simões alerta sobre os riscos e aconselha que a proposta seja analisada com os devidos cuidados. Na oportunidade, encerrada a discussão sobre a inadimplência da cobrança, a sra. Rúbia Santos Barbosa Mansur pergunta ao diretor do IGAM sobre a possibilidade de pagamento de pessoal da área finalística com o recurso finalístico e regulamentação da lei do Fhidro. Em resposta a primeira pergunta o sr. Marcelo da Fonseca diz que se trata do novo decreto de contrato de gestão já encaminhado para a CTL (Câmara de Apoio Técnico e Legislativo) e em breve haverá publicação. Sobre o Fhidro informa que o tema segue em discussão, porém ficou acordado que o IGAM encaminharia uma proposta para ser apresentada na reunião da CTP no mês de novembro e posteriormente para CNR para deliberação. **Item 5. Planejamento referente aos afluentes mineiros do rio São Francisco.** Com a palavra, a sra. Rúbia Santos Barbosa Mansur contextualiza para os presentes que recentemente ocorreu um debate com o grupo de trabalho formado pelos membros dos 7 (sete) comitês afluentes da Bacia do Rio São Francisco para posterior assinatura do contrato de gestão entre o comitê e à Agência. Informa que durante a reunião os membros do comitê divergiram entre si sobre aporte de investimento considerando as limitações entre eles, porém negligenciando a importância da aplicação do conceito de agência única. Ademais, diz que ocorreu uma antecipação de assuntos vinculados ao período pós contratação. A sra. Rúbia Santos Barbosa Mansur segue explicando que inicialmente a previsão de arrecadação foi superior ao valor real informado pelo IGAM para o primeiro ano de contratação, em torno de R\$21.000,000,00 (vinte e um milhões). Salienta que quando equiparado com o comitê de bacia hidrográfica do rio Paraopeba, considerando que são 7 (sete) comitês, a viabilidade é inferior até mesmo para execução. Assim, traz o questionamento que para o trabalho ser realizado nos afluentes com eficiência e segurança, sem problema posterior, deve ter o respaldo da lei do Fhidro e pagamento do pessoal da área finalística com recurso finalístico. Conclui pedindo o apoio do IGAM no encaminhamento em relação ao custeio (Fhidro) e investimento. Com a palavra, o sr. Marcelo da Fonseca informa que os dois tópicos serão resolvidos antes da assinatura do contrato. Não havendo mais assuntos a serem discutidos nesse item de pauta, o sr. Gustavo Henrique Costa Simões agradece a disponibilidade do sr. Marcelo da Fonseca e reforça que reunião sobre o assunto da inadimplência deve ocorrer de forma periódica diante da relevância e que o propósito é trabalhar junto ao IGAM. O sr. Marcelo da Fonseca reitera os agradecimentos e se coloca à disposição. **Item 6. Aprovação da Resolução que dispõe sobre a designação da Diretora Geral da Agência Peixe Vivo.** **Item 7. Aprovação da Resolução que dispõe sobre a composição da Diretoria Executiva da Agência Peixe Vivo.** Com a palavra, o sr. Gustavo Henrique Costa Simões explica que os documentos em questão foram previamente aprovados na 48ª reunião do Conselho de Administração realizada no dia 09 de setembro de 2024. Concluído o período de interinidade da sra. Rúbia Santos Barbosa Mansur as duas resoluções foram assinadas no dia 28 de outubro de 2024 e já se encontram em cartório para os devidos registros. **Item 8. Forma de aprovação da ata da reunião (e-mail ou assinatura).** Foi acordado pelos conselheiros presentes que a aprovação da ata será feita na próxima reunião. **Item 9. Assuntos Gerais.** 1. Mudança na metodologia de boletagem ANA: Com a palavra, a sra. Rúbia Santos Barbosa Mansur informa o comunicado da Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico (ANA) sobre a transição da metodologia de boletagem da cobrança federal. Atualmente o usuário faz a previsão de uso para a geração do boleto com correções necessárias, porém agora o boleto será emitido a partir do uso efetivo. Salienta que após diálogo com a ANA ficou acordado que o processo de transição na APV ocorrerá em 2026, porém a transição implicará no controle de gastos e execução. Assim, a meta é fazer um planejamento em 2025 para a agência ter saldo

Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo/Agência Peixe Vivo
Ata da 48ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração
Videoconferência
29 de outubro de 2024

bancário suficiente para manutenção da agência em 2026 e início de 2027. Explica que levantou o questionamento sobre a questão da inadimplência, no entanto a ANA garantiu que o usuário continuará recebendo o boleto que inicialmente é só a transição de metodologia. Após lhe ser facultada a palavra, o sr. Luiz Cláudio de Castro Figueiredo sugere que a ANA faça um adiantamento, como já ocorreu com o IGAM. A sugestão é acatada pelos presentes. 2. Associação das entidades: Com a palavra, a sra. Rúbia Barbosa Santos Mansur informa que recentemente colaboradores da APV participaram de uma reunião com a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) sobre a criação da associação das entidades para fortalecimento institucional, como por exemplo representação no Conselho Nacional. Ato contínuo, diz que posteriormente o Conselho de Administração será envolvido nas discussões sobre o assunto. 3. Situação de arrecadação: Com a palavra, a sra. Rúbia Barbosa Santos Mansur informa sobre a atual arrecadação do estado. Considerando o Pará, a previsão de arrecadação era de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões), no entanto o valor recebido foi de R\$ 1.000.800,00 (um milhão e oitocentos). A situação exposta indica a dificuldade de fazer o planejamento com o custeio. A sra. Berenice Coutinho Malheiros dos Santos destaca sobre a importância de conhecer a receita. A sra. Ohany Vasconcelos Ferreira corrobora e acrescenta que à aprovação do orçamento da APV pelo comitê contará com um planejamento baseado em estimativa. Assim, é importante o apoio da ANA e IGAM para a condução dos trabalhos da entidade. 4. Membros da Assembleia: Com a palavra, a sra. Alcione Eneida Santos contextualiza sobre os novos membros da Assembleia Geral, Adesiap (Agência de Desenvolvimento Econômico e Social dos Inconfidentes e Alto Paraopeba) e SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) de Itabirito. Após análise, considerando o interesse da Adesiap em participar do Conselho de Administração, os conselheiros optaram, inicialmente, conhecer o trabalho da Adesiap na Assembleia Geral. **Item 10. Resumo dos Encaminhamentos.** Agendamento da próxima reunião do IGAM no primeiro trimestre do ano de 2025. **Item 11. Encerramento.** Uma vez não havendo mais assuntos a serem debatidos, o presidente interino do Conselho de Administração da Agência Peixe Vivo agradece a participação de todos os presentes e às 15h37, encerra a reunião, da qual eu, Alcione Eneida Santos, secretária *ad hoc*, lavrei esta ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo presidente interino do Conselho e Administração e por mim.

Gustavo Henrique Costa Simões

Presidente Interno do Conselho de Administração da Agência Peixe Vivo

Alcione Eneida Santos

Secretária *ad hoc*